

A Revista *Organizações e Democracia*, publicação do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia e com penetração nacional e internacional, é um periódico científico, talvez o único no país, dedicado à divulgação de pesquisa acadêmica e ao debate sobre a questão democrática ligada a vários tipos de organizações da sociedade civil e política, como cooperativas de trabalhadores, empresas de autogestão, escolas, ONGs, poderes públicos, entre outras. Dedicar-se, também, à divulgação de relatos sobre experiências autogestionárias e democráticas.

Um outro aspecto importante a ser salientado é a abertura da Revista para os países da América Latina e da Europa, sobretudo os de língua espanhola. A Revista tem recebido colaborações de autores de vários países. Essa troca de experiências e idéias tem proporcionado à Revista, bem como aos seus leitores, um debate de excelente nível, proposto por pesquisadores nacionais e internacionais sobre temas que expressam uma pluralidade de linhas de pesquisa acerca das temáticas abrangidas pela *Org & Demo*.

No ano de 2004, a *Org & Demo* completou cinco anos de circulação ininterrupta e passou a ser publicada semestralmente.

De acordo com a linha editorial de *Org & Demo*, democracia é entendida não apenas como fenômeno político, mas, sim, como um fenômeno mais amplo que abrange questões sociais, econômicas, educacionais e outras da sociedade. Dessa forma, no presente número, seguindo essa tônica da Revista, encontram-se artigos que de alguma forma abordam a questão democrática.

*

No período de 1991 a 2001 a qualidade de vida descendeu significativamente na Argentina, de maneira geral, mesmo que essa retração tenha variado segundo as regiões do país. Esse rebaixamento da qualidade de vida foi decorrência,

sobretudo, da adoção de modelo econômico concentrador de renda, da precarização do mercado de trabalho e da desarticulação dos benefícios sociais (VÁZQUEZ et al.).

A adoção de políticas desse tipo é uma fórmula inerente à globalização hegemônica em curso. Desse modo, há indicadores na literatura de que a qualidade de vida, ou simplesmente o *standard* de vida dos trabalhadores, decresceu mais ou menos de forma generalizada por toda a periferia do sistema social capitalista.

Na América Latina as massas populares acompanharam atônitas e pouco reativas a implementação do núcleo das reformas liberalizantes. Não tardou, porém, para que as camadas populares começassem a sofrer os agravos impostos por essas políticas a suas condições de existência. Como conseqüência, ações populares de resistência e busca de alternativas irromperam na região, ainda que com intensidade e formas bastante diversas segundo cada país. Dentre essas formas destacamos a criação de ONGs e cooperativas de trabalhadores, as mobilizações urbanas, - algumas das quais beiram a sublevação social -, os movimentos de luta pela terra, movimentos políticos de ocupação e redefinição do Estado e, por último, numa outra dimensão de contraposição à iniquidade, a disseminação bárbara da criminalidade, muitas vezes instrumentalizada por segmentos das classes dominantes em seu próprio e imediato benefício.

Um dos setores da sociedade sobre o qual essas políticas incidem de modo desfavorável aos trabalhadores é o da educação. Os empresários, bem como o Estado encontram-se empenhados na propagação da ideologia educacional dita da *competência*, a qual é apresentada como o substituto mais moderno da concepção anterior de *qualificação profissional*. Contudo, abstraindo as declarações de intenções, verificamos que nem o aparato educacional está preparado para concretizar essa mudança sistêmica no conceito de educação, nem o mercado de trabalho encontra-se majoritariamente organizado segundo o princípio de competência. Tanto o que se passa no sistema educacional, quanto a nova feição que vem assumindo o mercado de trabalho, sob a globalização hegemônica e a reestruturação produtiva, carecem de pesquisas que propiciem uma iluminação totalizadora dos acontecimentos. Contudo, há indícios de que o conceito de

competência, ao invés de ser a expressão de uma realidade que se transfigurou no seu conjunto ou uma tendência que se generaliza rapidamente, vem servindo aos poderes oficiais e dominantes para fortalecer o conceito de *empregabilidade* por eles esgrimido. Este conceito, por sua vez, é utilizado não apenas para expressar o descolamento frequentemente real entre formação educacional e mercado de trabalho, mas principalmente para justificar o desemprego crônico de altos índices, bem como diversas variantes de precarização do trabalho sob a alegação de que boa parte da mão-de-obra é inadequada às novas necessidades produtivas (APRILE; BARONE).

A criação dos movimentos mencionados, aos quais devemos agregar o de gênero, étnicos, ecológicos, dentre outros, que chamam a atenção para o campo da resistência às políticas públicas e privadas que são hostis à qualidade de vida das camadas populares, irromperam ou adquiriram uma nova conotação e vitalidade mais ou menos coincidentemente com o início da globalização hegemônica. Entretanto, a formação inovadora e ou a revitalização desses movimentos situam-se para além de seu caráter de oposição às políticas de globalização, uma vez que eles expressam contradições da sociedade de classes que transcendem este último acontecimento.

Uma das determinações que diz respeito a essa mobilização popular foi a derrocada da URSS e consortes, bem como o enfraquecimento por toda parte dos partidos comunistas e socialistas. Contudo, antes desses acontecimentos terem se precipitado, os movimentos sociais, que tiveram na *revolução* de 1968 um ponto de referência, já haviam enunciado as dificuldades que as novas gerações de ativistas democráticos teriam para compatibilizar as suas aspirações de liberdade e democracia com as ideologias e práticas prevaletentes no movimento operário e popular (MOP) e nos chamados países socialistas.

A irrupção desses movimentos e de organizações autônomas, dissociadas das articulações ideológicas tradicionalmente mais influentes e, concomitantemente, da ascendência mais imediata dos *partidos guia*, significaram um descongelamento das pautas de pensamento, organização e ação

predominantes no MOP. Por um lado, essa irrupção expressou mudanças sociais não esperadas ou pouco consideradas pelo pensamento de esquerda. Por outro lado, esses novos procedimentos foram e são uma crítica às práxis tradicionais e mais generalizadas da esquerda.

Esse fenômeno histórico foi visto com perplexidade e suspicácia por organizações e indivíduos que não podia desprender-se de seus interesses ou convicções. Outros sujeitos, porém, que vêm a história não como a aplicação de uma dogmática, mas como um processo historicamente aberto, ajuizaram esses fatos como positivos e promissores para o futuro do desenvolvimento da luta pela democracia e pelo socialismo. Outros, ainda, foram mais longe em sua crítica aos movimentos clássicos acreditando que os mesmos estavam superados, de modo que o projeto de emancipação social, bem como de suas formas de luta afluíam desses novos movimentos em uma nova síntese.

No entanto, transcorridos mais de trinta e cinco anos de evolução do capitalismo, nem as expectativas mais otimistas, nem as mais pessimistas se realizaram. As organizações tradicionais, como partidos e sindicatos, embora desluzidas e patinando em suas aporias e limitações, seguem sendo importantes para a defesa dos trabalhadores e como composição de forças ativas da vida das nações. Concomitantemente, até o presente momento, os novos movimentos, ainda que efetivamente renovadores das ações, não propiciaram a formação de uma síntese teórico-prática capaz de superar a fragmentação e as excessivas incertezas que hoje transfixam as práxis das movimentações de resistência ou oposição à Ordem. Assim, malgrado todos os problemas, na cena histórica continua a manifestar-se a ascendência paradigmática de duas revoluções: a francesa e a russa. Porém, é forçoso reconhecermos que dentre essas duas, a primeira, com seus valores iluministas ainda é provavelmente a influência com mais ascendência.

ONGs e organizações de trabalho associado são duas formas organizadas de resistência ou oposição à Ordem que ilustram parte das dificuldades existentes.

As ONGs chegam a ser vistas como organizações capazes de renovar profundamente as práticas tanto da sociedade

política quanto da civil, uma vez que elas reuniriam a suposta eficiência da empresa privada com a capacidade de promover as ações de *welfare* que eram atribuições do Estado, as quais fracassaram no socialismo e estão agora fracassando no capitalismo. Entretanto, independente de sua utilidade para o MOP, não há evidência de que essas organizações possam constituir em si mesmas a base para a formulação imanente de um novo projeto para o movimento democrático. Sem dúvida, elas introduziram inovações importantes no movimento popular democrático, superando procedimentos que afinal se revelaram negativos para os trabalhadores. Contudo, por um lado, se as ONGs ultrapassaram certos problemas arraigados no movimento popular, por outro, criaram problemas novos, cuja gravidade não é menor do que os anteriormente existentes. Quanto a isto, o mais evidente talvez seja sua permeabilidade às ideologias e procedimentos mercantis e empresariais. Isto é particularmente perceptível quando se observa a atuação delas na educação e na saúde, uma vez que, frequentemente, atuando com sentido pouco crítico, conformam-se a contribuir para com a privatização de serviços que no *welfare* praticado pelo Estado capitalista sob o acicate do MOP, já haviam adquirido o estatuto de bens universalmente socializados (COUTINHO).

As organizações de trabalho associado, as quais eventualmente podem autodenominar-se de ONGs, mas que mais frequentemente chamam-se cooperativas, integram na Europa a economia social. No Brasil, essas entidades estão sendo divulgadas principalmente sob a rubrica de *economia solidária*. As organizações de trabalho associado, especialmente quando são conduzidas sob princípios autogestionários, isto é, quando a organização é dirigida por meio de assembléia geral dos trabalhadores e não simplesmente por uma direção executiva eleita, constitui-se em um dos mais provocativos e promissores exemplo de ação popular desenvolvida em oposição aos valores capitalistas. Isto ocorre devido ao fato de que elas engendram relações de produção que, em princípio, contém um elemento francamente antagônico à hierarquia relacional capitalista (GALLO).

Atualmente, podemos observar a disseminação de uma relativamente copiosa literatura sobre a chamada economia

solidária. Um traço desta literatura é que a maior parte dela vem sendo produzida por pessoas que são entusiastas do fenômeno. É possivelmente em razão desta característica que podemos observar que essa literatura está mais preocupada em divulgar positivamente o acontecimento do que a considera-lo criticamente. Um ponto evidente desta fragilidade crítica está no fato de que frequentemente toma-se como conclusiva a idéia de que esta atividade, diversamente do empreendimento capitalista imanentemente conflituoso, encontra-se nucleada ou dominada pela solidariedade. Um outro ponto problemático é que essa literatura vale-se positivamente de categorias, tais como, inclusão social, realização da cidadania, mercado, dentre outras, as quais foram e continuam sendo constitutivas do projeto social burguês liberal e as quais se encontram em franca contradição com a idéia de autogoverno dos trabalhadores. Além do mais, há forte evidência de que embora a solidariedade nas relações sociais seja efetivamente um fenômeno marcante na chamada economia solidária, este não é o aspecto dominante, uma vez que as categorias constitutivas e funcionais do capitalismo hegemônico, transcendendo a dispensa dos capitalistas realizada pelas cooperativas de trabalhadores, continuam presentes em muitas outras dimensões da vida dessas unidades. Isto ocorre, por exemplo, no uso da tecnologia, só aparentemente neutra (NOVAES; DAGNINO), o que faz com que o conflito gerado pelo capital, e não a solidariedade, continue a presidir sua dinâmica social.

Os Organizadores